

Apresentação

José N. Coelho-Meneses

Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil. jnmeneses@uol.com.br

Minas Gerais é região de fronteira na ocupação colonial de Portugal a partir do final do século XVII. No século XVIII, se transforma em um espaço primordial de ação colonizadora, onde a atividade administrativa estatal da monarquia portuguesa, as características peculiares que vão sendo construídas nessa ocupação e a fundamentação urbana desse território, dentre outras características, dão uma dimensão *sui generis* a esse espaço histórico. Se a mineração aurífera é uma atividade primordial para justificar a ocupação, a agropecuária, a manufatura, o comércio interno e a construção civil dão dimensão complexa a essas Minas colonial, no interior da América do Sul. A água e seu abastecimento às populações e às atividades econômicas são elementos históricos fundamentais neste processo.

As águas, abundantes ou insuficientes, volumosas ou escassas, sempre foram objeto de preocupação de colonizadores portugueses na América. São, também, o objeto do presente dossiê. As águas possibilitavam ou impediam os percursos de avanço sobre as fronteiras de domínio e de conquista e, sobretudo, exigiam o exercício das responsabilidades administrativas em sua distribuição nos aglomerados urbanos. O abastecimento regular de águas virtuosas à população e a salubridade desse líquido primordial à sobrevivência requereu das administrações públicas coloniais ações práticas, preconizações legais e discursos reguladores. As inundações e a drenagem de águas pluviais no âmbito das urbes motivaram investimentos e obras de engenharia caras, cuja eficácia dependeu do nível de complexidade técnica exigida às municipalidades. A água e seu abastecimento, também, motivaram disputas e jogos de poder em nível local.

Ordenação e formas de distribuição e de aproveitamento das águas, nos seus fluxos naturais ou nas redes de abastecimento são perspectivas de análise que têm motivado alguns estudos recentes na historiografia americana. Da mesma forma, a interpretação sobre o papel econômico de fluxos d'água e os investimentos em canais para a exploração mineral e a agricultura, além dos projetos de navegação fluvial chamam a atenção de historiadores que tem o período da colonização europeia na América o foco de seus estudos.

Recurso público essencial: é assim que a água é considerada pelos colonizadores portugueses, preocupados com o abastecimento doméstico, o fornecimento do produto em um mercado de consumo urbano e periurbano, sua crucial importância para as atividades mineratórias e para a agricultura. É como recurso público apropriado pelo Estado e pelos particulares que os artigos deste dossiê tomam a água como objeto de análise. O Estado, de modo geral, sob o prisma do direito costumeiro se apropria do bem, o toma como objeto de uma partilha concorrencial em uma forma que lhe confere estatuto de publicidade e de interesse de uma ordem que se quer para os aglomerados urbanos e para as atividades da economia. Em suma são estatutos de "águas livres" e de "águas particulares" que se interpõem entre a administração pública e a iniciativa privada.

Há, dessa forma, redes hidráulicas públicas e particulares, lícitas e ilícitas, mediadoras de paz social ou de conflitos, de eficiência produtiva e administrativa ou ineficácia abastecedora. A materialidade dessas redes de abastecimento e dessas estruturas de veiculação do líquido nas atividades econômicas é ponto essencial de observação. As municipalidades buscam modernizar as estruturas, ampliá-las e, com isso, enfrentam desafios em sua gestão e constroem discursos práticos e simbólicos ligados aos sistemas de fornecimento do bem, de sua legislação e de sua fiscalização.

Os sistemas hidráulicos são importantes estruturas no processo de mineração e se apresentam como solução de processos produtivos e, também, como problemas para a dinâmica técnica de exploração e da dinâmica social dos espaços coloniais. Sob a égide do trabalho escravo, estruturas de canais, "canoas", rodas-d'águas, "mundéus" são construídos e interferem na paisagem natural, impactando-a de forma marcante.

Essa "arquitetura das águas" no ambiente colonial português na América envolve, portanto, estruturas de consumo, como os chafarizes, mobiliário urbano fundamental na ordem das vilas e cidades, ordenando seus espaços e categorizando-os; e um circuito material de alcatruzes, canaletas de cerâmicas, "sumidouros",

caixas de pedra, formando redes de aquedutos, investimentos caros das Câmaras, abertos às disputas de poder e aos discursos que engendraram a *res publica*.

A hidrografia, elemento fundamental no processo de ocupação das fronteiras de colonização exige necessidades de contenção, de aproveitamento para a instrumentalização da economia mineratória e agrária e para o transporte e abastecimento de homens e de animais. Essa hidrografia, ainda, fornece águas salubres e insalubres, virtuosas e medicinais ou miasmáticas e dele-

térias. Nessas dimensões de utilidade e de higiene pública é que o Estado se apropria da partilha desse bem comum.

Este dossiê, com artigos de autores “mineiros” e sobre Minas Gerais, se apresenta, então, como instrumento de diálogo e de estímulo à reflexão e ao debate acadêmico sobre a água, as estruturas urbanas e as ações locais de seu abastecimento neste espaço específico da América portuguesa, no período colonial. Seus textos são pontos de partida para a crítica acadêmica e a apreensão de realidades passadas distintas e estimulantes do debate.